

[Artigos Originais]

# Estatística, Cartografia e suas Interseções Tecnopolíticas: Um Outro Olhar sobre a Construção do Espaço Nacional\*

Alexandre de Paiva Rio Camargo<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Professor Adjunto no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Candido Mendes (UCAM), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

✉ E-mail: alexandre.camargo.2009@gmail.com  Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5720-7369>

DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2025.68.1.349>



\*A pesquisa desenvolvida neste artigo teve apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Edital Universal 2021, processo 421892/2021-8, Apoio ao Grupo Emergente em Estudos Sociais da Quantificação, coordenado pelo autor.

## Resumo

### **Estatística, Cartografia e suas Interseções Tecnopolíticas: Um Outro Olhar sobre a Construção do Espaço Nacional**

Este artigo realiza uma abordagem cruzada de números e mapas de modo a evidenciar o poder performativo que emerge de suas interseções tecnopolíticas, como o conceito de densidade populacional e o recorte regional do território. Aplicada ao caso brasileiro, a análise combinada ilumina aspectos relativos à construção da autoridade do Estado e seu poder de criar categorias de pessoas e lugares. Para tanto, examinamos as tendências que aproximam a estatística da cartografia no Brasil Império e que indicam um estatuto comum a mapas e números enquanto instrumentos descritivos do poder soberano, como suas modalidades de uso, e suas condições de produção e validação da verdade. Na sequência, abordamos os fatores que levam à crescente importância dos números e dos mapas para a ação coletiva e para a produção de identidades compartilhadas. Com base nas referências da sociologia da quantificação, enfocamos a emergência da cartografia estatística e a crescente regionalização dos dados oficiais, entre as décadas de 1920 e 1940, ligadas a um novo modo de definir a brasilidade, ordenar o território e gerir a população. Concluimos que quantificar é também visualizar quantidades demográficas e econômicas em uma espacialidade coerente e unitária, uma vez estabilizada por convenções de equivalência.

**Palavras-chave:** cartografia estatística; regionalização; Estado; nacionalismo; quantificação

## Abstract

### **Statistics, Cartography, and their Technopolitical Intersections: Another Perspective on the Construction of National Space**

This article takes a cross-disciplinary approach to numbers and maps to demonstrate the performative power that emerges from their technopolitical intersections, such as the concept of population density and regional delineation of territory. Applied to the Brazilian context, this combined analysis sheds light on aspects related to the construction of State authority and its power to create categories of people and places. To do so, this paper examines trends that bring statistics and cartography together in the Brazilian Empire, indicating a common status for maps and numbers as descriptive instruments of sovereign power, including their modes of use and conditions for producing and validating truth. Subsequently, it addresses the factors leading to the growing importance of numbers and maps for collective action and the production of shared identities. Drawing on

references from the sociology of quantification, this paper focuses on the emergence of statistical cartography and the increasing regionalization of official data between the 1920s and 1940s – linked to a new way of defining Brazilian identity, organizing territory, and managing population. It concludes that quantifying is also visualizing demographic and economic quantities in a coherent and unitary spatiality, once stabilized by conventions of equivalence.

**Keywords:** statistical cartography; regionalization; State; nationalism; quantification

## Résumé

### Statistique, Cartographie et ses Intersections Technopolitiques: Un Autre Regard sur la Construction de l'Espace National

Cet article a pour but de démontrer la pertinence de l'approche transversale des chiffres et des cartes afin de mettre en évidence le pouvoir performatif qui se dégage de leurs intersections technopolitiques telles que le concept de densité de population et la régionalisation du territoire. Appliquée au Brésil, l'étude croisée met en lumière des aspects du processus de construction de l'État, de la centralisation de l'autorité politique et de la création de nouvelles catégories de personnes et d'espaces de gouvernement. Pour ce faire, les tendances qui ont rapproché la statistique et la cartographie au cours de l'Empire brésilien y sont analysées, en comprenant leur rôle en tant qu'instruments descriptifs du pouvoir souverain. De même, l'article aborde les circonstances qui conduisent à l'importance croissante des chiffres et des cartes comme une référente commune pour l'action collective et la production d'identités sociales. Basé sur le cadre de la sociologie de la quantification, l'article s'intéresse à l'émergence de la cartographie statistique et la régionalisation croissante des données officielles entre les années 1920 et 1940, liée à une nouvelle façon de définir la «brésilité», d'ordonner le territoire et de gouverner la population. On conclut que quantifier, c'est aussi visualiser et imaginer des grandeurs démographiques et économiques dans une spatialité cohérente et unitaire une fois stabilisée par des conventions d'équivalence.

**Mots clés:** cartographie; statistique; régionalisation; État; nationalisme; quantification

## Resumen

### **Estatística, Cartografia y sus Intersecciones Tecnopolíticas: Otra Mirada sobre la Construcción del Espacio Nacional**

Este artículo realiza un abordaje cruzado de números y mapas con el fin de evidenciar el poder performativo que emerge de sus intersecciones tecnopolíticas, como el concepto de densidad poblacional y el recorte regional del territorio. Aplicado al caso brasileiro, el análisis combinado ilustra aspectos relativos a la construcción de la autoridad del Estado y su poder de crear categorías de personas y lugares. Para ese propósito, examinamos las tendencias que aproximan la estadística de la cartografía en Brasil Imperio y que indican un estatuto común a mapas y números como instrumentos descriptivos del poder soberano, sus modalidades de uso y sus condiciones de producción y validación de la verdad. Luego, abordamos los factores que conducen a la creciente importancia de los números y de los mapas para la acción colectiva y para la producción de identidades compartidas. Con base en las referencias de la sociología de la cuantificación, nos enfocamos en la emergencia de la cartografía estadística y en la creciente regionalización de los datos oficiales entre las décadas de 1920 y 1940, vinculadas a un nuevo modo de definir la “brasilidad”, ordenar el territorio y administrar la población. Concluimos que cuantificar es también visualizar cantidades demográficas y económicas en una espacialidad coherente y unitaria, una vez estabilizada por convenciones de equivalencia.

**Palabras clave:** cartografía estadística; regionalización; Estado; nacionalismo; cuantificación

## **Introdução: Razões para um Estudo Conjugado**

Este artigo objetiva contribuir ao estudo das interseções tecnopolíticas entre censos e mapas, em diálogo com a literatura internacional, aqui revisada. A análise cruzada mostra-se especialmente produtiva na investigação dos processos de construção do Estado nacional, de centralização da autoridade política e de criação de novas categorias de espaços e sujeitos de governo. Na primeira seção, examinamos os aspectos que aproximam a estatística da cartografia na tradição do Brasil Império e que apontam para um estatuto comum a mapas e números enquanto instrumentos descritivos do poder soberano. Na sequência, abordamos as condições político-cognitivas que promovem a ampliação do papel dos números e dos mapas como referentes públicos, levando-os a se enraizarem na imaginação social e a produzirem identidades compartilhadas. Para tanto, analisamos, de um lado, a emergência da cartografia estatística e sua ruptura com a tradição anterior – ao focar as assimetrias socioespaciais do desenvolvimento populacional –, e, de outro lado, o aparecimento da noção de região fisiográfica, a partir do censo de 1920. Artefato a um só tempo cartográfico e estatístico, a região será recortada como nova unidade de análise, rearranjando a disposição e a interpretação das informações numéricas sobre o espaço nacional, daí por diante marcado pelo contraste entre o norte atrasado e o sul cosmopolita.

A estatística e a cartografia são usualmente vistas como saberes construídos no seio de sociedades científicas e universidades, disciplinas destinadas a conhecer os diferentes países, viabilizando a sua comparação em um espaço global. Mais recente e menos comum, no entanto, é a abordagem do seu poder performativo, como instrumentos de ação sobre as realidades que supostamente representam, e que ajudam a criar e instituir, sob o pretexto de apenas descrevê-las. Mapas recortam o espaço sempre a partir de uma gramática da identidade e da diferença, que transforma o heterogêneo e o descontínuo em homogêneo e contínuo, seja fracionando totalidades previamente constituídas, seja, inversamente, forjando uma nova unidade a partir de fragmentos. De modo similar, censos e estatísticas estabelecem a *visualização em série* dos fenômenos populacionais – mortalidade, escolaridade, mobilidade, etc. – uma forma privilegiada e tipicamente moderna de reverter o espaço e o tempo, seguidamente recriados, acumulados e combinados em dispositivos como tabelas, gráficos e diagramas (Latour, 2000).

A partir dos anos 1980, a historiografia da cartografia e da estatística incorporou o léxico construtivista das ciências sociais, realçando a opacidade por trás da transparência dos números e mapas, o que estes escondem ao

mostrar, como operam relações de poder e deslocam pessoas, grupos e lugares, transformando-os. Autores como Brian Harley (1987) e Christian Jacob (1992) inovaram ao formular a abordagem dos mapas como artefatos e meios de comunicação, apontando para as diferentes formas de traduzir as imagens cartográficas em representações culturais carregadas de mensagens políticas, presentes nos seus conteúdos explícitos, nas suas convenções, nas suas distorções e na decoração de suas margens. O mapa é visto como um documento a um só tempo transparente, porque aparenta conter a paisagem física e o território que representa, e opaco, porque impõe a eles a sua própria textualidade.

Na mesma época, a produção de estatísticas passou a ser considerada uma prática relevante para as ciências sociais, e não apenas devido a seus efeitos políticos mais evidentes. Sociólogos como Alain Desrosières, epistemólogos como Ian Hacking e historiadores como Theodore Porter interessaram-se pelas suas características singulares: as relações sociais envolvidas na cadeia de produção estatística, a confiança e a autoridade que os números públicos costumam inspirar, os esquemas de classificação das pessoas e representação do mundo que ajudam a estabelecer (Camargo, Daniel, 2021:43). Esse interesse inicialmente inclinou-se para a gênese de fontes, categorias e instrumentos estatísticos de gestão do território e da população (INSEE, 1987). Mais tarde, um programa de investigação seria formulado por Desrosières (2008), voltando-se para a restituição do sentido objetivamente visado por um empreendimento estatístico determinado, sacrificado toda vez que os números são isolados de suas condições de produção e inseridos nas séries históricas de censos e pesquisas por amostragem<sup>1</sup>. Trata-se aqui de reverter o circuito de conversão da estatística em caixa-preta, uma vez que a sua estabilização em redes de uso pressupõe o desconhecimento de seu funcionamento interno e de suas contingências de origem.

Como se pode ver, a historiografia da estatística e a da cartografia desenvolveram-se de forma relativamente independente, explorando as particularidades de seus objetos respectivos, opção que, na maior parte das vezes, deixou de lado suas interfaces e interseções tecnopolíticas. Para um campo, o mapa permaneceu um suporte visual de apresentação das informações numéricas, tal como o gráfico e a tabela, sem receber cuidado metodológico e tratamento analítico distintos. Para o outro campo, os números importaram como elemento textual ou complemento informativo, em todo caso subordinado à estrutura do mapa. Ignoram que a

visualização cartográfica dos fluxos populacionais impõe ao mapa uma outra convenção matemática, uma outra linguagem gráfica necessária para representar espacialmente as relações sociais.

Poucos autores chamaram atenção para essa particularidade tão relevante, que justifica uma abordagem cruzada de números e mapas. Uma exceção é Gilles Palsky, que dedicou boa parte de sua obra às condições de emergência da cartografia estatística e à construção de suas convenções (1991, 1996, 1999). Para esse autor, a representação cartográfica dos homens, de suas atividades e de sua condição impõe uma reforma radical na linguagem gráfica, tal como projetada nos diagramas, “de maneira a expressar fatos de intensidade relativos a áreas administrativas de dimensões desiguais, enquanto a cartografia tradicional se baseava na quantificação linear de distâncias fixas, latitudes, longitudes e altitudes” (1996:61-62). Do ponto de vista do trabalho cartográfico, trata-se de criar novas relações entre imagens e números, de empregar uma outra sintaxe, o que passava pela invenção de sinais e convenções que exprimissem as variações quantitativas dos fenômenos sociais gradualmente definidos pelas ciências do homem, ao longo do século XIX.

O primeiro mapa estatístico moderno é creditado ao barão Charles Dupin, realizado na França, em 1826. Tinha como ilustração o ensino primário, considerado um sinal de desenvolvimento geral das nações. Tal tema permitiu a Dupin representar uma oposição fundamental entre o norte e o sul da França, por meio de um método gráfico original, que consiste na utilização de *coropletas* – colorações aplicadas por área, de modo a produzir um efeito de gradação ou hierarquia (Friendly, Palsky, 2007:240). Nesse caso, os departamentos recebiam tons sombreados que se referiam à proporção entre o número de habitantes e o número de crianças frequentando a escola, o que produziu a famosa polarização entre o norte iluminado e o sul obscuro, um dos registros da nacionalidade francesa.

A partir de então, o casamento entre estatística e cartografia foi crescentemente reivindicado por diferentes nomes das sociedades científicas da Europa<sup>2</sup>. Para além de alargar o conhecimento e a comparabilidade das variadas realidades do globo, estava em jogo a tentativa de construir uma representação sinóptica do mundo, que permitisse “apreender todo um conjunto em um só olhar”. Mais do que “uma ciência numérica dos fatos sociais, apropriada por todas as disciplinas, a estatística se tornaria uma ciência universal ao se dirigir a todos e a cada um, por meio da imagem” (Debluë, 2018:56).

Outro esforço pioneiro de análise combinada é a famosa obra de Benedict Anderson, *Comunidades imaginadas* (2008), que examinou o papel do censo e do mapa na montagem da empresa imperialista. Este autor mostrou como o primeiro preenche por triangulação demográfica a topografia formal do segundo, permitindo alicerçar a territorialidade do Estado colonial, fixar suas fronteiras e distribuir a burocracia, remodelando a hierarquia étnico-racial preexistente. Paradoxalmente, ao modificarem o terreno em que as populações colonizadas viviam e agiam, estas tecnologias de visualização produziram um efeito não previsto pelos colonizadores: confluíram politicamente para a imaginação – e logo instituição – de um espaço comum, que se provaria determinante nos movimentos de libertação nacional (2008:226-255).

Inspirados pelo argumento de Anderson, outros estudos enfocaram o papel de censos e mapas na construção da autoridade do Estado e seu poder de nomear e inventar pessoas e lugares. Como argumentado em outro trabalho (Camargo, Daniel, 2021:66), “a história das estatísticas mostrou como as categorias oficiais concorrem para dividir grupos no interior de uma população, separando-os e ordenando-os em hierarquias codificadas. As estatísticas não apenas estabelecem essas divisões sociais, como também fixam essas categorias de pessoas”, mesmo quando as margens dos grupos não são claramente definidas na vida social (Alonso, Starr, 1987). Contar a população de maneira a construir posições de sujeito e, assim, solidificar identidades mais reais do que outras – tradicionais, familiares, locais – passou por atribuir efeitos legais e simbólicos a categorias que se mostraram fundamentais nos processos de etnização das populações (Kertzer, Arel, 2002). Categorias como “região” e “língua falada”, por exemplo, foram investidas tanto em formas estatísticas quanto cartográficas. É nessa interseção tecnológica que se revela o alcance performativo de censos e mapas para a instituição de novas realidades, novos sujeitos e espaços de governo.

Um exemplo nesse sentido é o estudo seminal de Silvana Patriarca (1996) sobre o papel dos estatísticos e das estatísticas na construção do território italiano como entidade orgânica, suplantando assim a diversidade histórica, cultural, étnica e linguística das províncias, a grande barreira no projeto de unificação do país. A autora mostrou como, entre os anos 1840 e 1850, o discurso estatístico vai gradualmente perdendo seu caráter de registro descritivo das práticas administrativas, ao incorporar novas unidades conceituais e novos recortes espaciais da península, que constituíram uma alternativa à configuração da ordem política preexistente.



A adoção da região como escala de observação enfocava os problemas econômicos e sociais compartilhados por diferentes províncias, até então apreendidos nos termos clássicos do bom ou do mau governo local. Por sua vez, o conceito de densidade populacional substituiu o primado dos números absolutos (de riquezas e súditos) como indicador da potência de cada província, reservando em seu lugar a distribuição espacial dos habitantes em cada área ocupada, o que colocou em relevo as variações dentro do território e a necessidade de otimização da relação entre população e recursos, definida pela economia política (Patriarca, 1996:144, 153-155). Mais do que garantir a mediação simbólica da nação italiana, a quantificação conferiu uma base material a um todo orgânico e ordenado, cuja existência apenas careceria de reconhecimento político. Densidade populacional e regionalização aparecem aqui conjugadas e referenciadas a uma realidade que é construída ao mesmo tempo por formas estatísticas e cartográficas.

Observamos um processo semelhante na construção do Estado nacional alemão. Morgane Labbé identificou duas modalidades de representação da nacionalidade alemã e suas fronteiras através dos números e da imagem cartográfica. O primeiro modo, visível nos mapas dos anos 1840, consistiria na construção da unidade política do Estado prussiano, que não seria determinada pelas suas fronteiras, mas produzida pela distribuição espacial dos grupos linguísticos previamente consolidados, tornada visível por um procedimento cartográfico simples: a divisão do território segundo as diferentes línguas faladas e a atribuição da respectiva nacionalidade como consequência. O método coropleta foi empregado de maneira a realçar que a existência de grupos alemães não coincidia com as divisas e fronteiras conhecidas, fundamentando assim o direito ao domínio. A estatística aparecia aqui ao lado do registro histórico, projetando a precedência de cada povo na ocupação do território (Labbé, 2010:61-62).

O segundo modo, introduzido nos anos 1860, converge com o advento da cartografia estatística, condicionando a definição das nacionalidades não alemães aos grupos linguísticos previamente existentes em cada estado, mas ao seu crescimento demográfico diferencial no espaço, dado pelas taxas de natalidade e imigração. Nesse novo modo de representação, os territórios dos confins do império, povoados por grupos não alemães, passam a figurar no mapa com base em suas relações com a população alemã, projetando uma tendência de sobreposição demográfica, que justifica a atribuição da nacionalidade e a anexação do território. Segundo Labbé,

(...) enquanto os primeiros estatísticos recorriam à história para iluminar a distribuição espacial das nacionalidades, os estatísticos quantitativistas partiam do presente para pesquisar nos cálculos estatísticos e métodos gráficos os fatores do povoamento nacional futuro, dando origem a um novo regime de ação sobre a população (2010:72).

Seguindo a trilha aberta pelas obras revisadas acima, buscamos contribuir com este artigo ao estudo das interseções tecnopolíticas entre censos e mapas. A primeira seção examina os aspectos que aproximam a estatística da cartografia na tradição do Brasil Império e que apontam para um estatuto comum a mapas e números, marcado pela preocupação com as zonas costeiras, o comércio transatlântico, a proteção das fronteiras, os aldeamentos indígenas, os recursos naturais, a visualização de uma população homogênea e de um território hierarquizado e coeso.

Na sequência, abordamos as condições que promovem a ampliação do papel dos números e dos mapas como referentes públicos, levando-os a se enraizarem na imaginação social e a produzirem identidades compartilhadas. Analisamos a emergência da cartografia estatística e sua ruptura com a tradição do Oitocentos, ao focar as assimetrias socioespaciais do desenvolvimento populacional – vazios demográficos, mortalidade por doenças, analfabetismo –, constituindo-se na representação visual da consciência de interdependência social.

Trata-se, portanto, de dois modos de governar, visualizar e quantificar a população, cada um com suas próprias condições de possibilidade, aqui examinadas. Na passagem de um para o outro, merece especial atenção o aparecimento da noção de região fisiográfica e a crescente regionalização dos dados oficiais, a contar do censo de 1920. Artefato a um só tempo cartográfico e estatístico, a região será recortada como nova unidade de análise, rearranjando a disposição e a interpretação das informações numéricas sobre o espaço nacional, daí por diante marcado pelo contraste entre o norte atrasado e o sul cosmopolita.

Nossa análise se estende até a Era Vargas (1930-1945) e os primeiros anos de atuação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quando as políticas territoriais e populacionais se tornam referenciadas pela divisão regional, e os números passam a formular problemas e a descrever realidades segundo as categorias que ajudaram a criar. Por fim, cabe realçar que o extenso recorte temporal se justifica pela natureza estrutural do

fenômeno observado – a construção do espaço nacional –, e a necessidade de articular a longa metamorfose do Estado à institucionalização de seus dois principais dispositivos técnico-políticos: a estatística e a cartografia.

## **Mapas e Censos, Instrumentos Descritivos do Poder Soberano**

Entre a independência do Brasil, em 1822, e a consolidação do Estado imperial, entre os anos 1840 e 1850, o termo *pátria* não significava uma sociedade que se reconhecia com identidade e cultura próprias, dentro de um espaço único. De acordo com Gladys Ribeiro, era sinônimo do lugar reservado aos “homens bons”, que se reconheciam por nexos de propriedade e privilégios. Através de palavras como “pátria”, “Portugal” e “Brasil” seus interesses se faziam passar pelo de todos e pelo bem comum. Dessa forma, a palavra alcançava um espaço comunitário limitado, em que o objeto de lealdade e dignidade era o rei, agora um imperador constitucional (Ribeiro, 2008:212). Em decorrência, a ideia de pátria era alternadamente utilizada para denotar tanto o Brasil quanto as províncias, como sugere a posição de Bernardo Pereira de Vasconcelos, que, apesar de ser um dos mais fervorosos opositores do separatismo, referia-se à Minas Gerais como “minha pátria”, em contraste com o Brasil, que seria “o Império”. A distinção revela que a ideia de Brasil era uma construção política, enquanto a identificação afetiva vinha da província (Carvalho, 2010:77). Nos primeiros anos do pós-independência, “o Brasil era uma abstração intelectual, um não-lugar na dimensão do vivido, uma costura política, uma ausência no imaginário coletivo” (Camargo, 2016:177).

Em um movimento de “expansão para dentro”, que Maria Odila Dias (1986:160-184) chamou de “interiorização da metrópole”, a ideia da nação brasileira foi forjada de modo a convergir com os alicerces e a autoimagem do Estado imperial, materializada, em meio a outras estratégias, “na elaboração de uma língua, uma literatura e uma história nacionais”. O projeto civilizatório que o Império encarnava passaria pela afirmação de uma autonomia cultural, costurada pelos letrados em iniciativas variadas: da publicação de revistas e textos programáticos à criação de sociedades, institutos e estabelecimentos de ensino (Camargo, 2016:179). O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, foi o que melhor encarnou este papel, produzindo uma visão homogênea de Brasil. Visão em que a elite imperial se reconhecia como continuadora

da tarefa civilizadora iniciada pela colonização, ligando nação, Estado e coroa em uma unidade indissolúvel para a discussão historiográfica relativa aos problemas do país (Guimarães, 1988:6).

Neste quadro, a estatística e a cartografia permitiam alicerçar visualmente o domínio da coroa sobre um território de povoamento profundamente descontínuo e disperso, hierarquizando as províncias de acordo com seu peso político e sua proximidade da Corte. Mapas, listas nominativas de famílias e estimativas populacionais também forneciam provas e testemunhos na arbitragem de disputas de limites domésticos, evitando a escalada de conflitos entre as elites provinciais. Os mapas serviam ao estabelecimento da divisão civil, eclesiástica e judiciária das províncias, ao cadastro da população e à criação das estradas. Os números reforçavam o relato histórico e a oralidade no sentido de comprovar a antiguidade da ocupação de uma parcela do território, com isso reforçando a defesa de sua anexação ou manutenção por uma província.

Examinaremos a seguir três aspectos que aproximam a estatística da cartografia na tradição do Oitocentos e que apontam para um estatuto comum a mapas e números enquanto instrumentos descritivos do poder soberano: 1) suas modalidades de uso; 2) a ideia de população que reproduzem e dão a ver; e 3) suas condições de produção e autenticação da verdade.

A estatística era a base do alistamento eleitoral. Os párocos definiam os eleitores pelo número de fogos (ou domicílios), determinando a importância política de cada povoação. Decreto de 1824, que se manteve por longo tempo, consagrava que uma paróquia teria tantos eleitores “quantas vezes contiver o número de cem fogos na sua população; não chegando a duzentos, mas passando de cento e cinquenta, dará dois; passando de duzentos e cinquenta, dará três, e assim progressivamente” (Lyra, 1979:6). Contavam-se os fogos, não os indivíduos, e estimava-se a população do país pelo número de pessoas que se acreditava neles morar.

Além do alistamento eleitoral, o outro uso fundamental da estatística se encontrava na definição dos limites territoriais. Documentação analisada por Júlio Paixão Santos (2018:83-85) revela que o termo “estatística” era frequentemente empregado nas questões de definição de limites entre províncias, cidades e vilas. Havia uma “comissão estatística” semipermanente nas assembleias legislativas provinciais, com o objetivo de emitir pareceres resolutivos sobre a questão dos conflitos de limites entre municipalidades da jurisdição. Algo similar se reproduzia na escala nacional.

Comissões de estatística eram frequentemente formadas na Câmara dos Deputados, encarregadas de receber reclamações de moradores e autoridades públicas quanto à definição de limites, fronteiras, criação e pertencimento de freguesias ou vilas, elevações de *status* de localidades, criação de leis sobre colonização e aumento da deputação (Santos, 2018:83-85).

As corografias eram, de longe, o principal gênero de cartografia no Brasil Império. Merecem atenção por constituírem uma descrição densa não apenas sobre o território e seus acidentes geográficos, como também sobre as gentes e as instituições que formavam a vida local. Os mapas corográficos produzidos no século XIX representam a relação entre a pintura e a descrição verbal porque associam a imagem do território ou da província com a leitura e a disposição dos elementos naturais e políticos no espaço (Bann, 1994:240). A combinação entre pintura e descrição assinalava o que se queria mostrar e como o mapa deveria ser lido, com destaque para a representação gráfica das hierarquias administrativas que se superpunham no território: limites municipais, judiciários, eclesiásticos e militares (Camargo, 2016:192-193).

Para Ilmar Mattos, o destaque conhecido pelas corografias deve ser buscado na subordinação da individualidade de cada elemento natural, de cada povo, tribo, costume e produção, à ideia de um território coeso em que se baseava a afirmação do Império. A questão da soberania estaria atrelada à preservação do vasto território, colocando em primeiro plano a definição das relações entre as províncias e o Rio de Janeiro, o que permitiria a constituição de uma organização interna como parte de um todo (Mattos, 2005:17-18). Assim, as obras de corografia exprimiam o conhecimento das províncias segundo um princípio centralizador. As províncias não importavam pela sua história local, ou por seus elementos internos, e sim por formarem um mosaico identificado a um Estado que buscava definir seu território para promover o controle administrativo, fiscal e político sobre a população (Macedo, 2007:84).

É importante sublinhar que este projeto de integração centralizada se faz mediante uma determinada representação do território que servia à definição de limites e à política de fronteiras do Império, relegando a segundo plano o olhar sobre a distribuição e as características da população. As aldeias indígenas importavam pela preocupação com sua assimilação e pela possibilidade de sua utilização na empresa de colonização, pondo em evidência a centralidade da política de fronteiras (Camargo, 2016:193).

A imigração, também cumpriria este fim, por meio do estabelecimento de colônias em áreas com presença indígena, às margens de caminhos estratégicos, com o objetivo de fazer retroceder ou assimilar parte dos aldeamentos. Antes do comprometimento da força de trabalho africana, a imigração era praticada no Brasil em atenção à política de fronteiras, sendo incentivada nas terras do Brasil meridional, onde o caráter bastante rarefeito da população dificultava a segurança das fronteiras e a produção de alimentos para o abastecimento dos militares (Klug, 2009:206; Camargo, 2016:194).

Analisando as limitações na legibilidade do Brasil Império, ou seja, na simplificação dos objetos cartografados para efeito de administração do Estado, Diego Bissigo identificou um padrão nos mapas produzidos pelas diferentes províncias: as áreas indígenas, embora sinalizadas, não possuíam demarcação porque esperava-se que a assimilação tornasse essa distinção obsoleta. Sem demarcação, tornavam-se amorfas e abertas à expansão da civilização pelas mãos do imigrante estrangeiro: “os grupos autóctones são representados, porém sem ‘corpo geográfico’, reduzidos a um ponto quando aldeados, mas sem distintivos que indiquem sua diferença, e, portanto, invisíveis em vários sentidos” (Bissigo, 2020:149; ênfase do original). Em contraste, como defende Bissigo (2020:151; ênfase do original), as áreas de colonização tornam-se progressivamente delineadas, “seja em função do investimento em trabalhos in loco de medição e demarcação, seja porque era uma característica que se *desejava* mostrar”.

A triangulação entre fronteiras, aldeamentos e imigração protagonizava o que se podia ver sobre a população através dos mapas, tanto na escala provincial quanto na nacional. A consolidação do Estado Imperial, nos anos 1850 e 1860, criou a estabilidade necessária para iniciativas de maior alcance e vulto financeiro: a realização do primeiro censo nacional, a produção da primeira carta geral e a publicação do primeiro atlas geográfico brasileiro, narrativas visuais que agem como poderosos recursos pedagógicos de formação de uma determinada imagem do país.

Fabricada como monumento para exibição na Exposição Internacional da Filadélfia, em 1876, a *Carta Geral do Império* não dividiu as províncias, apresentando o país em sua pretendida unidade e integridade territorial. Embora a carta indicasse a existência de numerosos grupos indígenas, estes foram distribuídos de maneira a coincidir com

a precária linha pontilhada da fronteira do país. A opção por nomear esses grupos transmitia a ideia de que sua existência era conhecida e mapeada, quando, na verdade, sua concentração na fronteira era uma ficção criada para defender os interesses do Império. A disposição dos indígenas pelos grandes vazios do norte e do oeste reforçava seu alheamento da nação, ao mesmo tempo que garantia uma linha de defesa para a soberania do Brasil. Nas áreas mais próximas do Atlântico, esses nomes praticamente desaparecem, como se ali não existissem, de tal forma que, como argumenta Bissigo (2020:292-293), “as áreas que recebiam imigrantes e capital estrangeiro poderiam se apresentar como civilizadas”.

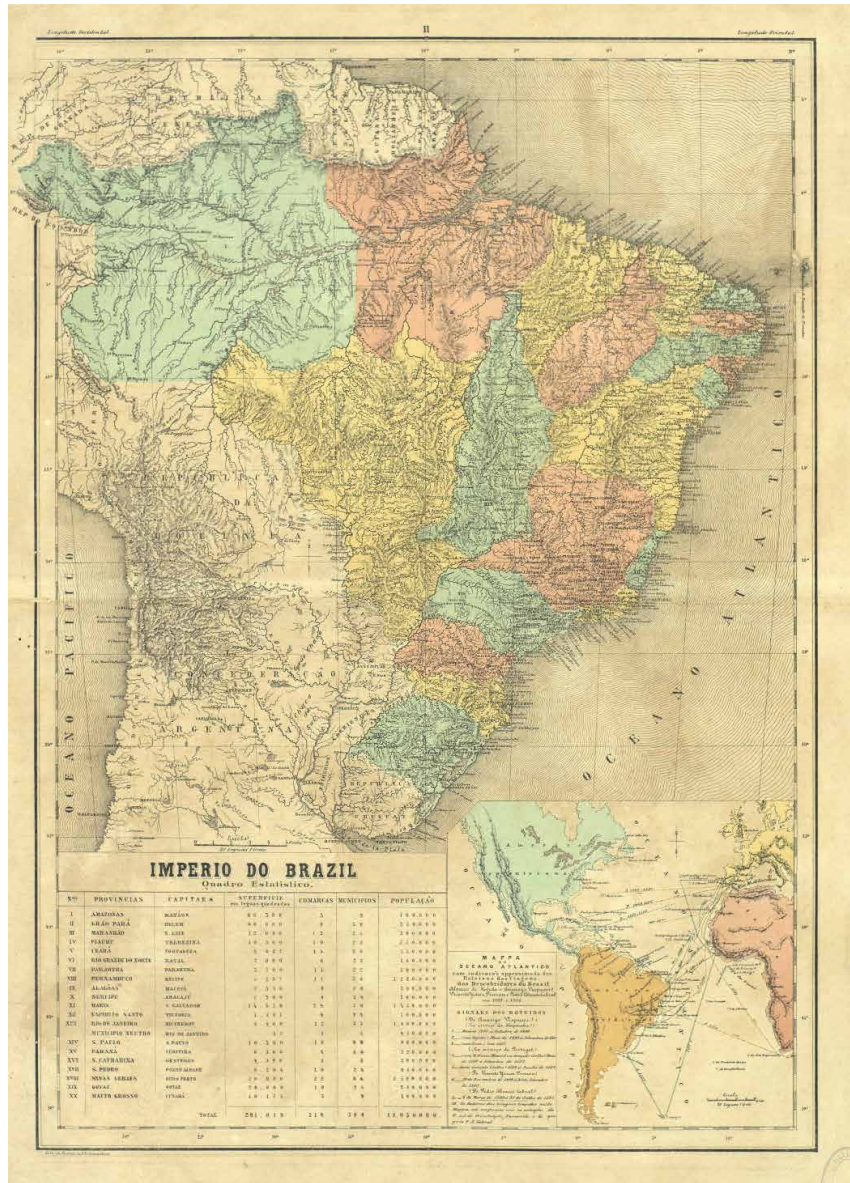
Por sua vez, o *Atlas do Império do Brasil*, publicado pelo senador Candido Mendes de Almeida em 1868, foi o primeiro documento cartográfico com fins declaradamente pedagógicos, sendo dedicado aos alunos do Colégio Pedro II. Conjugando mapas e estimativas do próprio autor sobre o tamanho da população, buscou criar uma imagem do espaço brasileiro capaz de dar valor de verdade aos limites e aos números por ele propostos<sup>3</sup>.

O *Atlas* apresentava quatro mapas do império do Brasil em seu conjunto. Um mapa físico, com um encarte contendo uma representação pedagógica dos principais acidentes geográficos e um quadro figurando os países fronteiriços. O mapa seguinte representa as divisões eleitorais do Império, com seus distritos, número de colégios, paróquias e eleitores. O terceiro mapa relaciona as dioceses que possuíam bispados, informa suas datas de criação, o número de paróquias e a população das respectivas províncias, então sob a responsabilidade de cada bispado.

O quarto mapa representa a divisão administrativa do Brasil, apresentando um quadro estatístico com as províncias, suas capitais, superfície, número de comarcas e municípios, além do tamanho da população, total e por província (ver Figura 1). Encontra-se nesse mapa um encarte com as principais rotas do início do período colonial (Guerra, Santos, 2011:6). Destaca-se, assim, a imagem de um Brasil inteiramente católico, a convergência entre Igreja e Estado, a precedência da divisão eleitoral e eclesiástica sobre a realidade demográfica, além da conjugação entre o registro histórico e o estatístico na apresentação de um domínio consolidado sobre o território.

**Figura 1**

Atlas do Imperio do Brazil (1868)



Fonte: Almeida (1868:39). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179473>. Acesso em 20/12/2022.



Em cada um dos mapas, as províncias são dispostas em cores alternadas, recurso que subordinava a divisão interna à harmonia do conjunto. O método da colorização foi, assim, empregado com função estética, separando o Império dos países vizinhos, representados com traçados menos demarcados e cor indiferenciada. Os números sobre a superfície das províncias e sua população figuram como complemento informativo.

O caso do *Atlas* aponta para os limites que, neste momento, cercavam as interseções tecnopolíticas entre o mapa e a estatística. A visualização das informações quantitativas se reduz à escrita direta sobre o conteúdo da carta, sem modificá-lo em sua estrutura. Atlas, cartas e corografias figuram as divisões administrativas do país, valendo-se de tabelas e projeções sobre a população que não tinham qualquer relação com espaço. Carecendo das convenções necessárias para exprimir em quantidade as relações sociais e os agrupamentos humanos, o mapa os representa em suas qualidades, nomeando-os e recortando-os sobre a sua superfície, como no caso das tribos indígenas, distribuídas como linha de defesa imaginária ao longo da fronteira despovoada.

O censo de 1872, o primeiro levantamento geral do Brasil, também aponta para as mesmas tendências em relação à população e à soberania. O censo buscava conhecer o impacto das baixas provocadas pela recém-terminada Guerra do Paraguai (1864-1870) sobre a capacidade de recrutamento do país. Além disso, visava determinar o contingente e as características da população escrava, em vista da população livre e do afluxo de imigrantes, de modo a reduzir o impacto da transição no regime de trabalho, iniciada com a abolição do tráfico, em 1850 (Camargo, 2018:418).

Como ocorria com os mapas, tais propósitos se aliavam com a afirmação de uma população homogênea, tutelada pela ação civilizadora do Império. Quanto à religião, o censo assumiu que eram católicos todos os nacionais e os estrangeiros arrolados como “africanos” – grupo que reunia, indiscriminadamente, todos os escravos, além dos libertos não nascidos no Brasil. Reservou-se apenas ao imigrante, branco, presumivelmente europeu, a possibilidade de ser classificado como “acatólico”, categoria que diluía protestantes, judeus e outros credos religiosos. Dessa forma, seus resultados apontaram uma população 99,72% católica, apresentando o catolicismo como uma característica praticamente naturalizada dos brasileiros, exatamente como o *Atlas* do senador Candido Mendes. Foram abertamente desconsiderados os casamentos indígenas e as uniões conjugais dos escravos – oficialmente solteiros –, que não se conformavam aos preceitos da Igreja (Brasil 1877:14; Camargo, 2016:257-258).

A língua foi o segundo aspecto determinante para a representação de uma população homogênea. Em um cenário crescentemente marcado pela utilização da língua como elemento de definição da nação, justificando anexações territoriais e transferência jurisdicional de populações entre Estados, o censo de 1872 contrariou as recomendações do Congresso de São Petersburgo. Eliminou as variações de língua e assumiu o português como idioma falado por todos os nacionais (Camargo, 2018; Botelho, 2005).

Além de espelharem a ideia de uma população dependente do poder soberano, enquanto indicador da potência do Estado, censo e mapa compartilhavam uma visão profundamente hierarquizada do espaço nacional, colocando em primeiro plano a definição das relações entre as províncias e o Rio de Janeiro, sede do poder central. Embora não houvesse um protocolo definido, a forma de disposição dos dados do censo seguiu a mesma ordenação dos mapas provinciais estabelecida pelo *Atlas* do senador Candido Mendes. Como aponta Bissigo (2014:140), a exposição das informações inicia pelo Amazonas e segue pela linha litorânea (Pará, Maranhão, Piauí...) até o Rio Grande do Sul. Depois, listam-se, de leste a oeste, as províncias ditas “centrais” (interiores): Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Essa ordem é repetida nos diferentes volumes com os resultados censitários. Privilegia-se o litoral e as fronteiras, em detrimento do interior. O protagonismo do litoral não resultava do povoamento do território, mas da geopolítica, que tornava a ocupação das fronteiras estratégica para a segurança do país. A Corte ocupa aí justamente a posição intermediária, figurando como eixo de integração dos extremos. Este registro visual obedecia à mesma lógica da cartografia, que exprimia o conhecimento das províncias segundo um princípio centralizador e a imagem de território coeso em que pretendia se basear a unidade do Império.

Se, de um lado, os números são reduzidos a um complemento informativo no atlas e nas corografias, de outro os mapas não constituem um suporte visual dos dados censitários, que apenas figuram em tabelas. Podemos concluir que censos e estatísticas carecem de meios visuais para associar simbolicamente população e território na afirmação ou na construção da nacionalidade. Dado que na cartografia tradicional existe uma relação direta entre uma distância real e uma distância reduzida em escala, como traduzir em imagens quantidades demográficas e econômicas? Lembrando Giles Palsky (1991:451), “a história da cartografia estatística é, antes de tudo, a história da construção de um novo código”. Seria preciso impor ao mapa formas gráficas que, sem a necessidade de se

referir ao espaço visível, correspondessem a formas reais, transpondo os movimentos populacionais da série estatística para o sistema de posições do mapa, alterando assim a sua semiologia.

Em terceiro e último lugar, os mapeamentos e as contagens populacionais também convergiam do ponto de vista de suas condições de produção e autenticação de verdade. Diante da inexistência de um monopólio legítimo sobre a autoridade estatística e cartográfica, ambos eram realizados por indivíduos particulares, homens notáveis, políticos do Império, espécie de empreendedores armados de um conhecimento prático do terreno a ser levantado. Financiavam pessoalmente suas obras, que costumavam ser ao mesmo tempo topográficas, estatísticas, geográficas e etnográficas. Ao longo de quase todo o século XIX, o Estado brasileiro dependeu da atuação destes homens para construir uma representação compatível com seu domínio sobre o território. Coexistiam estatísticas oficiais e privadas, tanto quanto mapas oficiais e privados, feitos ora por indivíduos notáveis, ora por instituições públicas que produziam informações correspondentes. Neste último caso, encontravam-se, principalmente, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que executou a primeira *Carta Geral do Império*, e a Diretoria Geral de Estatística (DGE), responsável pela operação do censo de 1872<sup>4</sup>.

A certificação estatal não era garantia de autoridade, nem de superioridade do censo ou de um mapa em relação ao empreendimento privado. Por sua vez, o prestígio pessoal do autor, se grande, era, em geral, suficiente para atestar a validade de uma estimativa ou de uma corografia e seu uso como documento na resolução de uma disputa de interesse. O caso do *Atlas do Império do Brasil* é emblemático a este respeito. Seu autor, o já referido senador Candido Mendes, não apenas estabeleceu uma cifra para a população total do país, como traçou limites ainda em disputa entre as províncias, influenciando assim diretamente sobre a conformação do quadro territorial brasileiro. Sua autoridade foi acionada diversas vezes, como, por exemplo, no litígio que opôs o Piauí ao Ceará, que pautou as defesas na linha divisória estipulada por Mendes (Bissigo, 2020:224-225).

A estimativa de Candido Mendes foi uma das 16 arroladas por Joaquim Norberto em seu livro *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje* (Silva, 1986). A obra foi inovadora por compilar todos os cálculos sobre a população até 1870, com o objetivo de fornecer subsídios ao censo que então iria se praticar. É sintomático que Norberto posicione as esti-

mativas no mesmo patamar dos levantamentos dos governos provinciais, igualando-os pelo nome no título (“recenseamentos da população geral do Império”), sem atribuir qualquer superioridade à exaustividade do censo, do ponto de vista do seu valor de verdade ou da sua pretensão de correspondência com a realidade (Camargo, 2018:417).

Mesmo após a criação da DGE, parte importante da elite imperial continuou recorrendo à tradição das estimativas para contestar os números do primeiro censo geral. Este seria confrontado com projeções de população, baseadas em cálculos indiretos realizados por grandes nomes do Império, como demonstrado em trabalhos anteriores (Camargo, 2016:180-187; 2018:426). Assim, por exemplo o parecer de Rui Barbosa sobre a reforma do ensino primário, de 1882, tinha por fim revelar a medida do atraso do ensino no país. Escrito seis anos após a divulgação dos resultados do censo, o parecer fez uso das estimativas mesmo para os períodos em que havia estatísticas oficiais disponíveis, projetando o total de habitantes em 10.500.000 (Barbosa, 1947:14), sem sequer mencionar o algarismo de 8.419.672 apurado pelo censo (Camargo, 2021:521).

Paradoxalmente, o parecer critica os números da DGE não por seus erros técnicos, que não são apontados, mas justamente por sua natureza oficial, que a colocaria automaticamente a serviço da propaganda governista. O ataque de um liberal como Barbosa à Diretoria resvalava no gabinete conservador do Visconde do Rio Branco, que a havia criado, e no principal responsável pelo censo, o senador Manoel Francisco Correa, outra reconhecida liderança daquele partido, o qual esteve à frente do governo durante quase todo o período de atuação da DGE (Camargo, 2021:516-517).

Dessa maneira, o uso e a credibilidade dos números e dos mapas encontravam-se subordinados às rivalidades políticas e à composição do gabinete imperial, carecendo de formas institucionais necessárias à sua estabilidade e durabilidade. A realização de cartas e censos provinciais, mesmo quando já contratada e avançada, era constantemente descontinuada em função da alternância dos presidentes de províncias, indicados pelo imperador. Mais ainda, a validade de uma estimativa ou de uma corografia poderia ser reforçada ou contestada, em função unicamente da filiação política do seu autor e da composição ministerial do momento, se liberal ou conservadora (Camargo, 2016; Bissigo, 2020).

Este quadro refletia as especificidades do Estado brasileiro, que recorria ao serviço litúrgico e à distribuição de prebendas para impor a ordem e viabilizar sua presença nas regiões distantes<sup>5</sup>. A operação do censo de

1872 é fruto direto deste arranjo, espelhando a dependência da estrutura eclesiástica e do aparato administrativo controlado patrimonialmente pelas elites locais. As comissões censitárias foram formadas sem remuneração – contrariando, assim, o disposto nas convenções internacionais – e por uma maioria de cinco particulares reputados e conhecedores de suas localidades de origem, sobrepondo-se aos três nomes provenientes da burocracia, ou seja, o braço secular do Estado (Camargo, 2016:249). Além disso, tinham autoridade para escolher e fiscalizar os recenseadores, distribuir recompensas honoríficas, além de aplicar as multas e punições (IBGE, 1951:5-6), uma prerrogativa do aparelho policial e judicial.

Com base no exposto, podemos concluir que as estatísticas e os mapas, mesmo quando oficiais, não se constituíam em referentes públicos. Sua validade dependia do prestígio pessoal de seu autor, por sua vez refém das alianças sempre móveis da arena política. Como instrumentos da soberania, no entanto, serviam à administração, ao controle fiscal, ao recrutamento militar e à construção da unidade política e territorial do país. Representavam para as elites provinciais o domínio centralizado de um Estado que dependia do poder privado para garantir a ordem pública e realizar seus maiores empreendimentos, como o primeiro censo geral do Brasil.

## **Cartografia Estatística e Regionalização do Brasil**

Proclamada a República, em 1889, as contribuições litúrgicas não desapareceriam, mas mudariam de forma. A Constituição de 1891 favoreceu a descentralização e o domínio das oligarquias. Dotou os estados federados (as antigas províncias) de ampla autonomia, passando à sua alçada a competência sobre diversos temas, inclusive a educação e a saúde – com exceção das escolas de ensino superior e da higiene dos portos. Assim, o federalismo da Primeira República caracterizou-se pelo controle das oligarquias locais sobre o Executivo e o Legislativo.

A pressa com que se fez o censo de 1890, apenas um mês e meio após a proclamação, aponta para uma evidente tentativa de legitimação do novo regime político, que buscou contornar sua baixa popularidade sequestrando do Império a imagem e os símbolos de fiador do progresso e da nação (Carvalho, 1990). A disposição dos estados por ordem alfabética rompeu com o modelo de apresentação visual dos dados característico do Império, que privilegiava o litoral e as fronteiras, em detrimento do interior, fazendo da corte o elo de integração entre as províncias. No novo regime, a opção pela ordenação alfabética pareceria mais neutra à luz da

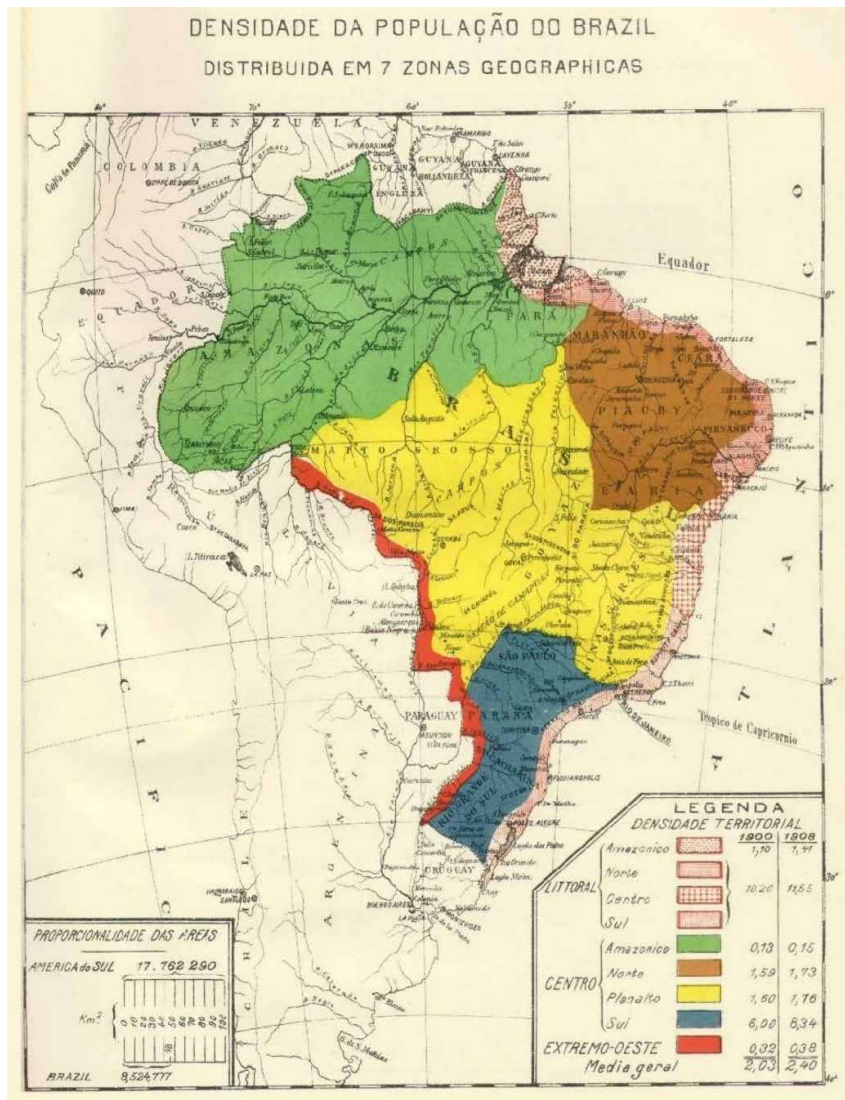
federação, descartando um recorte hierarquizado (Camargo, 2015:82-84; Camargo, 2016:338). Apesar dessa diferença, as tabelas permaneciam como o único registro visual das informações censitárias. Embora há décadas empregadas na Europa, mantinham-se ausentes as tecnologias gráficas que permitiam subordinar a representação física do território às variações de fluxo e recorrência dos fenômenos populacionais. Em parte, devido ao fracasso das diversas tentativas de padronizar a linguagem dos mapas estatísticos, durante as reuniões dos Congressos Internacionais de Estatística (Palsky, 1999).

Um ponto de inflexão neste sentido foi o boletim comemorativo da exposição nacional de 1908, que marcava o centenário de abertura dos portos do Brasil às nações amigas de Portugal. Produzida pela DGE, a publicação foi a primeira a associar cartografia e estatística por meio de triangulação demográfica. Um dos mapas ensaia uma inédita divisão regional do país, sem esclarecer os critérios utilizados (ver Figura 2). Não havia, então, uma base legal ou conceitual para tal divisão. O mapa seccionou o território, assumindo a região como um dado autoevidente, a partir do tradicional contraste entre o litoral e a fronteira oeste, que orientava a imaginação espacial desde o Império, como testemunha a *Carta Geral* de 1875.

O primeiro mapa conhecido de densidade demográfica do Brasil emprega pioneiramente o conceito de região para representar a nação a partir do litoral, tornado a base da divisão regional. As sete “zonas geográficas” foram recortadas de maneira a traduzir visualmente aquela oposição fundamental, fatiando o “litoral” em quatro sub-regiões, as quais cobrem o território de norte a sul do Brasil. A zona chamada “central” não tem por referência o centro geográfico do país. Ao contrário, constitui uma unidade pensada a partir do interior de cada estado, de norte a sul, por oposição à sua porção litorânea. Já o “extremo-oeste” figura como uma região isolada e independente, distante da nação, efeito visual que se obtém com seu descolamento das sub-regiões que constituem tanto o “litoral” quanto o “centro”.

**Figura 2**

Densidade populacional e regiões fisiográficas (1908)



Fonte: Brasil (1909:78). Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/2652>. Acesso em: 20/12/2022.

Esse mapa demográfico chama atenção por figurar como um experimento híbrido entre duas racionalidades espaciais marcadamente distintas. De um lado, de forma pioneira, esquadrinha o território em zonas segundo a distribuição desigual da população. De outro, a adoção da região não impõe ao mapa uma outra taxinomia entre o todo e suas partes. Antes,

porém, se dobra à lógica do mapa político, segundo a qual as fronteiras podem constituir uma região inteira, e o todo é pensando com base na oposição entre litoral e interior de *cada* estado. Exalta a vinculação atlântica e europeia do litoral, centro histórico, comercial e cultural do Brasil, mais urbanizado e densamente povoado, de onde se organizava toda a política econômica do país. Realça as fronteiras, que expressavam a nova orientação americanista da República, por meio da aquisição de territórios (como o Acre, em 1903), dos acordos bilaterais com os países vizinhos, da arbitragem dos conflitos na região, e da aproximação diplomática com os Estados Unidos, consagradas pela atuação do barão do Rio Branco.

Neste caso particular de transição, a coloração do mapa não obedece a um gradiente capaz de exprimir visualmente a variação de grau na densidade demográfica do país, do mais escuro ao mais claro. As cores são empregadas de modo a realçar a tripartição entre *litoral*, *centro* e *fronteira*, com destaque dado ao vermelho do “extremo-oeste”. Se a centralidade da oposição entre litoral e fronteira ainda lembra os elementos figurativos da *Carta Geral* de 1875, a preocupação com a precisão e as discontinuidades demográficas se torna refinada, sugerindo que estamos longe de uma ficção criada como peça de propaganda para defender os interesses do poder soberano.

Seria apenas alguns anos mais tarde que a cartografia estatística revelaria toda a sua produtividade política. A chamada “questão nacional” emerge com força, em uma confluência entre a geopolítica internacional e as dinâmicas internas da sociedade brasileira, abrindo novas possibilidades para o cruzamento tecnológico entre mapas e censos. Para fazer frente a uma eventual participação na Primeira Guerra Mundial, procede-se a um alistamento militar, que se mostra um fracasso, diante da inanição das classes populares. A conjuntura de guerra deu fôlego ao recém-formado movimento sanitarista, voltado ao combate das doenças e endemias que grassavam nas zonas rurais (Lima, 1999), e que só poderiam ser controladas por meio da educação sanitária, o que colocava a elevadíssima taxa de analfabetismo (82%, segundo o censo de 1890) no centro do debate político. Os relatórios das expedições de médicos e cientistas aos *sertões* do Brasil foram amplamente publicados, dramatizando as condições de vida do homem do campo (o *sertanejo*), tido como o germe da nacionalidade, que agora se supunha ameaçada (Santos, 1985; Sá, 2009).

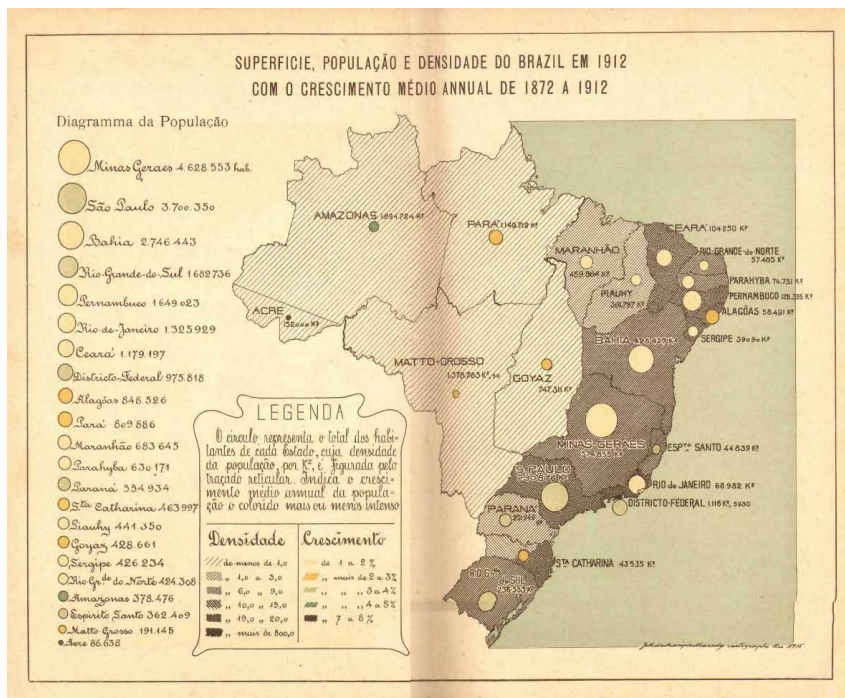


A imagem de destituição e abandono despertou grande comoção entre intelectuais e as classes médias urbanas, que se mobilizaram pela interiorização do Estado, especialmente através da criação de postos de profilaxia rural e de escolas de ensino primário. As “ligas nacionalistas” foram fundadas, aproximando as forças armadas da perspectiva sanitária, combinando-se a visão de salvação nacional do exército à ênfase na doença *física e moral* do homem brasileiro (Oliveira, 1990). Já não se tratava mais apenas de expor a soberania do país, mas da gestão da população como fundamento da atividade governamental. Pressionava-se o pacto político do federalismo oligárquico, o qual afastava a possibilidade de cooperação entre União e estados nos temas de saúde e educação, que pouco tempo depois seriam considerados de interesse público e nacional.

Neste cenário, o anuário estatístico<sup>6</sup> e o censo de 1920 darão forma visual, dimensão e gravidade à questão da desigualdade entre os estados, mostrando-se decisivos na sua construção como problema público e nacional. Assistimos aqui a uma ruptura com o padrão anterior de tabulação e apresentação das informações censitárias. Os mapas demográficos vão se tornando frequentes nas publicações estatísticas oficiais, recortando o território segundo a densidade populacional dos diferentes estados. No anuário e no censo, a coloração passa a seguir o padrão das convenções internacionais, empregando um gradiente que reserva os tons mais escuros ou claros em função da recorrência do fenômeno observado. Em decorrência, o contraste entre o litoral densamente ocupado e o interior formado por grandes estados despovoados emerge como uma nova imagem, ao mesmo tempo estatística e cartográfica (ver Figura 3). A preocupação com a fronteira e o extremo-oeste se dilui na estrutura do mapa, que se modifica para incorporar sinais que ilustram as variações internas na escala de crescimento: cores, círculos e traçados deixam de ser recursos estéticos de exaltação de qualidades ou de harmonização do conjunto cartográfico, tornando-se convenções que exprimem visualmente as diferenças entre quantidades demográficas, agora em um espaço nacional internamente desigual.

**Figura 3**

Superfície, população e densidade do Brasil em 1912, com crescimento médio anual desde 1872 (1916)



Fonte: Brasil (1916:252-253). Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1908\\_1912\\_v1.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1908_1912_v1.pdf). Acesso em: 20/12/2022.

No censo de 1920, a região vai se sedimentar como unidade pertinente para a comparação dos movimentos populacionais, descontinuando o recorte político-administrativo adotado pelo discurso estatístico até então, o qual tomava os estados como a unidade básica de análise. É sugestivo que a regionalização se verifique justamente nos dados relativos à educação e à organização do trabalho e da produção. Em todos os casos, o Distrito Federal aparece como ponto de referência, sem, no entanto, integrar os extremos ou produzir a imagem de um território coeso, como na tradição do século XIX. Ao contrário, o destaque à capital federal permite situar a deficiência dos estados e orientar seu futuro desenvolvimento.

No volume sobre a instrução, a tabulação por regiões é empregada duas vezes: no monitoramento da frequência escolar, e do grau de instrução da população em idade escolar (7 a 14 anos de idade) e acima dela (maiores

de 15 anos de idade). Mesmo sendo o coeficiente geral considerado muito baixo para o conjunto do país, a ênfase maior recai sobre as assimetrias existentes entre os estados do “norte” e do “sul”, como se depreende da tabela abaixo (Figura 4).

**Figura 4**

Grau de instrução da população em idade escolar (1920)

**Gráo de instrueção no grupo de 7 a 14 annos (\*)**

Zonas	HOMENS		MULHERES	
	Sabem lêr	Não sabem lêr	Sabem lêr	Não sabem lêr
Norte.....	184.127 132	1.208.757 868	174.430 128	1.183.844 872
Sul.....	263.995 295	617.761 701	245.039 289	603.944 711
Centro.....	123.147 163	634.660 837	106.084 147	615.644 853
Districto Federal	60.563 632	35.233 368	60.353 624	36.343 376
Espirito Santo....	9.978 198	40.458 802	8.187 164	41.601 836
Rio de Janeiro....	32.835 197	133.699 803	30.393 188	130.942 812
BRAZIL.....	674.645 202	2.670.568 798	624.486 193	2.612.318 807

Fonte: Brasil (1929:XVIII). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31687.pdf>. Acesso em 20/12/2022.

Voltaremos a encontrar a regionalização na forma como foram tabulados os dados referentes à produção agrícola. O censo levantou o número de estabelecimentos rurais e sua superfície cultivada, cruzando estes dados com a extensão territorial dos estados. A escolha das variáveis em cruzamento evidenciava que alguns estados (como Pará e Mato Grosso) poderiam ter o tamanho comparável a uma região inteira, sem possuir a décima parte de sua superfície cultivada. As densidades muito fracas desses estados, em alguns casos verdadeiros vazios demográficos, também ficavam em evidência (Camargo, 2016:390).

**Figura 5**

Estabelecimentos rurais segundo extensão territorial e região (1920)

**5 — Numero de estabelecimentos ruraes segundo a extensão territorial e a região**

DESIGNAÇÃO DAS REGIÕES (2)	NUMERO DE ESTABELECIMENTOS			PORCENTAGEM DO NUMERO DE ESTABELECIMENTOS	
	Total	De menos de 101 hectares	De 101 e mais hectares	De menos de 101 hectares	De 101 e mais hectares
Estados marítimos do norte.....	188.930	127.355	61.575	67,4	32,6
" " " " " sul e Distrito Federal.....	317.334	257.015	60.319	81,0	19,0
Estados centrais e Território do Acre.....	141.889	79.509	62.380	56,0	44,0
TOTAL.....	648.153	463.879	184.274	71,6	28,4

Fonte: (Brasil 1923:XIV). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6452.pdf>. Acesso em 20/12/2022.

A regionalização do espaço nacional não se limitou aos volumes do censo, produzindo importante repercussão na imprensa e no debate público. O *Correio da Manhã*, um dos mais importantes jornais da capital federal, publicou uma série de artigos sobre o número de estabelecimentos rurais agrícolas e sua distribuição no território nacional. Um deles constatou que o número de estabelecimentos rurais não estava ligado diretamente ao tamanho ou à relevância de cada estado. Demonstrava surpresa ao somar as áreas de Mato Grosso com Goiás e verificar que ambos tinham uma superfície maior que todos os estados do sul reunidos (atuais sul e sudeste), e, no entanto, o total de estabelecimentos daqueles estados centrais não chegava a 5% do total dos oito estados meridionais. Na comparação com os estados do norte (atuais norte e nordeste), a proporção chegava a 43% (*Correio da Manhã*, 16/1/1923).

Constatações como estas parecem autoevidentes hoje, e certamente não escapavam aos contemporâneos quais eram os estados mais ricos e quais eram os mais pobres. A ruptura que então se produzia era outra: a descoberta da *medida* da desigualdade por uma equivalência que a sustentava. A região fornecia esta equivalência, configurando um padrão socioespacial dos fenômenos populacionais, que o recorte político dos estados contribuiu para isolar e mitigar (Camargo, 2016:391).

Por um lado, a regionalização estatística correspondeu à tomada de consciência da interdependência social, com o movimento nacional que se difundiu pelo país, por meio do saneamento dos sertões (Hochman, 2012) e das campanhas de combate ao analfabetismo e universalização do ensino primário (Nagle, 1997:283-318), que impulsionaram a saúde e a educação não mais como simples ramos da administração, mas como esferas do social. Por outro lado, ao dimensionar as disparidades regio-

nais, o censo revelou um espaço nacional profundamente heterogêneo e internamente desigual. Dessa maneira, forneceu insumos para a crítica da ordem oligárquica e para a centralização da autoridade política, da qual o próprio censo depende para ampliar seu alcance como referente comum na construção dos problemas públicos (Camargo, 2016:358-377).

Ao lado da consciência de interdependência social, o advento da cartografia estatística vinha ao encontro de outro registro discursivo, formulado pelo modernismo, movimento artístico e intelectual, que, a partir de 1922, introduziu as vanguardas europeias, mas colocando o foco sobre os elementos da cultura popular que definiriam a singularidade do ser brasileiro e protegeriam sua autenticidade em uma ordem moderna e cosmopolita. Através do esforço dos intelectuais modernistas em construir um universo literário original e plasmar identidades coletivas a partir de suas visões sobre o que seria a cultura popular (Ortiz, 1985), nação e região surgem estreitamente imbricadas, produzindo-se reciprocamente.

Sob impulso do modernismo, a década de 1920 assiste à emergência de um novo regionalismo. De acordo com Albuquerque Júnior (2011:53), “desde meados do século XIX, o regionalismo considerava as diferenças entre os espaços do país como um reflexo imediato da natureza, do meio e da raça. As variações de clima, vegetação e composição racial explicavam as diferenças de costumes, hábitos, práticas sociais e políticas”. Tratava-se de um regionalismo naturalista, “em que o Brasil figurava como uma coleção de paisagens sem síntese ou estrutura imagético-discursiva que lhe dessem unidade” (idem), o que muito se assemelhava com a imagem cartográfica de um território coeso formado por um mosaico de províncias hierarquizadas pela sua distância em relação à Corte. Em contraposição, o modernismo integra os elementos regionais em uma estética nacional-popular, rearrumando-os como signos, em uma nova imagem, um novo texto para o país. A região passa a ser pensada como um problema social e cultural, projetando no espaço a personalidade moral de seus tipos e suas gentes.

A busca das raízes do sentimento de pertencimento nacional passava agora pelo debate sobre as três matrizes regionais que poderiam dar origem à melhor sociedade. O regionalismo paulista abordou a sociedade bandeirante como a porta de entrada da democracia no Brasil, através de suas características supostamente inovadoras e antitradicionalistas: difusão da policultura e da pequena propriedade, diversidade resultante da imigração e da mistura de raças, inovação e empreendimento. Já a

vertente mineira acentua as características psicossociais da “mineiridade”, seu espírito de ordem e conciliação, manifesto na sobriedade, no realismo e no bom-senso –, como uma forma de ser que resiste ao tempo, garantindo uma passagem segura e estável do tradicional ao moderno (Oliveira, 1990:195-196).

Por sua vez, os discursos políticos dos representantes dos estados do norte, antes dispersos, começam a se agrupar em tornos de temas que sensibilizam a opinião pública nacional. A seca, o cangaço e o messianismo, aos quais se deveria dar combate, são os temas que começam a fundar a própria ideia de “Nordeste”, uma área de poder que começa a ser demarcada nos anos 1920, com fronteiras que servem de trincheiras para a defesa dos privilégios ameaçados de uma elite decadente, em busca de resgatar o passado de glória, a opulência da casa-grande, a “docilidade” da senzala, a “paz e estabilidade” do Império (Albuquerque Júnior, 2011:46-47). A variante nordestina do regionalismo não apenas inventa o “Nordeste” como reivindica os valores tradicionais da sociedade patriarcal, que deveriam mediar a via brasileira de transição para a modernidade.

O novo regionalismo não pode ser reduzido a iniciativas e enunciados de sujeitos individuais, tampouco a uma mera representação cultural, uma vez que reconfigura as relações de poder existentes e constitui novas subjetividades, promovendo um recorte profundo na gramática da identidade e da diferença entre o todo e suas partes; nação e região. O trabalho de inventar e nomear pessoas – o “paulista”, o “mineiro”, o “nordestino” – e os espaços “regionais” não foi apenas literário e cultural. Para se enraizarem na imaginação social, essas novas categorias de sujeitos e espaços precisaram ganhar formas institucionais, que lhes conferem durabilidade e estabilidade. A estatística e a cartografia serão decisivas nesse sentido, dotando os espaços regionais de uma realidade geográfica e também de uma profundidade histórica, fundamentais para atestar o tempo mítico da nação reconhecida no mapa, e para veicular sensações e imagens compatíveis com as formas de pertencimento aos espaços regionais que, assim, operacionalizam as relações de poder.

A agenda de modernização da Era Vargas fez do tema regional o ponto de partida da integração do todo nacional. Para combater as oligarquias locais e os poderes estaduais que as representavam, o novo regime investiu na criação de uma identidade nacional inteiramente forjada no regionalismo cultural e geográfico. Com o mesmo objetivo, fortaleceu o papel do município na administração pública, erodindo o muro federalista

por cima e por baixo. Criado em 1936, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão com funções, recursos e autonomia bem mais amplos que a sua predecessora DGE, foi o grande responsável por dar consistência técnica e conceitual à noção de região, ao regionalismo geográfico e ao municipalismo, em um projeto que visava construir a coordenação política nacional. Por isso, desempenhou papel decisivo no reajustamento do quadro territorial brasileiro.

A chamada “lei geográfica” do Estado Novo (1938), que dispunha sobre a divisão territorial do país, atribuiu protagonismo ao IBGE na reorganização territorial do país. Diferentes iniciativas valorizaram o municipalismo e o município como “célula da vida nacional” (Freitas, 1943; IBGE, 1945), menos para defender a sua autonomia, do que para esvaziar as prerrogativas das oligarquias estaduais que dominaram a Primeira República. Nesta direção, o instituto realizou a uniformização das toponímias e dos limites dos municípios, o que trazia a vantagem adicional de dar mais precisão ao censo, minimizando as duplicidades e as subcontagens. Estabeleceu a padronização cartográfica dos mapas municipais, o que viabilizaria outro projeto: a realização da carta do Brasil ao milionésimo. Centralizou autoridade para arbitrar as disputas históricas de limites entre os diferentes estados da federação, contendas que remetiam ao tempo do Império. A representação cartográfica mais precisa do território trouxe à luz irregularidades como a demarcação indevida de terras e a manipulação de divisas e limites, feitas de forma ilícita pelas oligarquias rurais (Davidovich, 1985:3; Camargo, 2009:27).

Medidas como essas implicavam diretamente a formulação das políticas territoriais, em seus aspectos físico, econômico, político e populacional. Em muitas delas, algumas grandiloquentes como a exposição dos mapas municipais – que incluiu um ritual de queima das bandeiras dos estados com a presença do chefe da nação –, desenhava-se o controle do governo central sobre os poderes estaduais<sup>7</sup>. Todo o esforço voltava-se para a fundação de uma ordem, de uma homogeneidade territorial, desta vez construída de cima para baixo – através da região – e de baixo para cima – através dos municípios. Órgão central da burocracia especializada, prestigiado diretamente pelas ações de Getúlio Vargas, o IBGE reuniu rápida credibilidade, fazendo as decisões políticas se apresentarem como o resultado de técnicas analíticas padronizadas, em uma linguagem pretensamente neutra de intervenção sobre a realidade. Fixação de limites estáveis, espaços contíguos e não superpostos, circunscrições sistematiza-

das jurídica e administrativamente, nomenclatura unificada; essas foram algumas das realizações do IBGE que ajudaram a difundir e rotinizar as categorias estatais de nomeação e gestão da população e do território.

A lei geográfica do Estado Novo também permitiu ao IBGE ter uma unidade em todos os municípios brasileiros, dotando-o de alcance nacional a partir da instância municipal, o que o tornava uma “agência capilarizada do poder central” (Schmitt, 2000:61). De um lado, as unidades municipais de estatística aprimoravam a rede de coleta. Entronizado no círculo das autoridades locais, o agente municipal deveria atuar como evangelizador da população, educando-a quanto às vantagens da estatística, o que minava as resistências remanescentes aos inquéritos censitários. De outro lado, o agente de estatística aconselhava diretamente a administração municipal. Desempenhando o papel de porta-voz das políticas nacionais, também reportava as demandas locais aos estratos superiores da hierarquia, aproximando interesses e costurando acordos (Senra, 2008:177-202).

Podemos afirmar, portanto, que o IBGE foi o principal operador da ação sobre o município preconizada pelo Estado Novo, segundo a qual este surge orgânica e simbioticamente entrelaçado com o poder central (Camargo, 2008:37-48). Sem mediações – de instâncias territoriais ou político-partidárias – que distorçam essa identidade de fins, a articulação entre os dois níveis estaria assegurada pela centralização, que aproxima e reúne os dois polos. Segundo Marcus André Melo,

(...) o município emerge aqui como uma esfera comunitária – portanto, pré-política – que acomoda apenas a coletividade das famílias e seus valores ainda não distorcidos pelas instâncias de representação. Essa reunião entre os dois polos, no entanto, é que permitiria a instauração da esfera pública sobre a ordem privada, particularista e não-comunitária, em forte contraste com a visão municipalista liberal (Melo, 1993:88).

Do ponto de vista da construção do espaço nacional “por cima”, que nos interessa mais de perto, o IBGE teve atuação importante em, ao menos, quatro iniciativas fundamentais. A primeira se refere à proposta de redivisão territorial dos estados brasileiros, um tema muito debatido nos anos 1930 e 1940 (ver Figura 6). Idealizada por Mario Augusto Teixeira de Freitas, o fundador do IBGE<sup>8</sup>, o plano de redivisão seguia os princípios de equivalência territorial e equipotência demográfica entre os estados (Freitas, 1947:699-714). Em sua opinião, desequilíbrios, despovoamento, estados grandes e com muito poder tenderiam ao separatismo ou à desa-



gregação. Neste raciocínio, o quadro estadual somente deixaria de ser uma ameaça ao Brasil quando as unidades tivessem área e representação política equivalentes e condizentes com a sua população.

**Figura 6**  
Projeto de Redivisão Territorial do Brasil



Fonte: Freitas, 1947. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/111/rbe\\_1947\\_v8\\_n29.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/111/rbe_1947_v8_n29.pdf). Acesso em 20/12/2022.

No plano de Teixeira de Freitas, nenhum estado cederia território a outro existente e nenhum seria suprimido. Os estados pequenos se associariam, transformando-se em departamentos autônomos, ou seja, associações de municípios federados em um estado maior. As novas divisões, quando adotadas em regiões pouco povoadas, dariam origem a províncias ou territórios, igualmente divididos em departamentos (Lanari, 2016:159). Embora não tenha se concretizado, a proposta partilhava da lógica político-cognitiva da cartografia estatística, ao partir

das dinâmicas demográficas e das assimetrias regionais na distribuição de recursos e no desenvolvimento da população para forjar o equilíbrio federativo entre os estados.

Mais importante, sem dúvida, foi a *Divisão Regional do Brasil*, que instituiu como zonas fisiográficas as “grandes regiões” hoje conhecidas – norte, nordeste, sul, leste (atual sudeste) e centro-oeste (ver Figura 7). Publicada em 1941 na *Revista Brasileira de Geografia*, editada pelo IBGE, a divisão regional formulada por Fabio Macedo Soares Guimarães fixava uma “divisão única” do território. Seu autor assim fundamentou a opção pelas “Grandes Regiões Homogêneas”: a escala permitiria definir as regiões em função de sua lógica “determinada pela natureza”, mostrando-se “mais adequada para fins didáticos e escolares” e “mais estável para a coleta e a comparação dos dados estatísticos do espaço nacional” (Guimarães, 1941:368-369). A divisão tornou-se oficial por decreto de 31 de janeiro de 1942, obrigando todas as estatísticas oficiais de estados e municípios a serem tabuladas segundo as unidades regionais brasileiras (Valverde, 2006:271).

A terceira linha de atuação, diretamente relacionada “aos fins didáticos e escolares” da divisão regional oficial, consistiu na formulação de uma *pedagogia do espaço*, vulgarizando a perspectiva utilizada pela reflexão intraestatal. Essa pedagogia foi implementada nos cursos que o IBGE constantemente oferecia aos professores secundários, nos manuais de geografia produzidos por seus técnicos, nas coleções de mapas murais organizados pelo Instituto e distribuídos entre as escolas do país, e em diversos artigos publicados na *Revista Brasileira de Geografia*, que tematizaram o ensino da geografia e o uso didático da cartografia em sala de aula (Camargo, 2009:27-30). Esses empreendimentos se conjugavam na tentativa de normatizar a prática docente e enquadrar a abordagem da perspectiva regional pela dimensão nacional e sua diversidade cultural. Embora já fosse conhecida, começava a se tornar *sistemática* a conversão do mapa em logo, o que ocorre quando a imagem dos perímetros dos espaços geográficos é usada como representação da nação e da nacionalidade, ampliando seu poder de mobilização (Anderson, 2008:241-242).

**Figura 7**

Regiões brasileiras estabelecidas em 1942 (1950)



Fonte: IBGE (1995). Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10023037&parte=1>. Acesso em 20/12/2022.

*At last but not least*, a divisão regional estabeleceu um marco legal e estável para a regionalização dos dados estatísticos, redefinindo seus modos de uso. O censo de 1920 se limitara a regionalizar os dados sobre a frequência escolar e a superfície cultivada dos estabelecimentos rurais, ainda assim no plano da introdução e dos comentários. Não havia um critério unívoco de regionalização dos dados, tampouco um padrão oficial de representação da nação em bases regionais, coexistindo divisões heterogêneas e sem certificação para fins de ação estatal<sup>9</sup>. Em contraposição, os resultados dos censos subsequentes seriam apresentados por região, abrangendo um conjunto de temas cada vez maior, ordenados na estrutura da publicação, e integrados às séries estatísticas. Ancorado no novo marco legal, o censo de 1940 regionalizou os dados sobre instrução, previdência,

sindicalização, habitação, cor, religião, atividade por sexo e idade (IBGE, 1950a:71-167), custo de vida, salário e área dos estabelecimentos rurais por condições de utilização (IBGE, 1950b:40-95, 298-420). Este fato indica que, entre os anos 1940 e 1950, o censo começava a se tornar um instrumento de indexação salarial e de monitoramento dos nascentes direitos sociais, tomando como base e princípio as diferenças regionais, que ele próprio ajudava a construir ao descrevê-las.

O censo de 1950 foi além, ao introduzir a comparação por regiões na série dos levantamentos demográficos, retroagindo a definição oficial adotada em 1942 até o censo de 1872, mediante agregação das províncias correspondentes a cada uma das grandes regiões. Ao lado do regionalismo geográfico, a seriação estatística plasmava a profundidade histórica da região como categoria de percepção da realidade, ao calcular os diferenciais de crescimento populacional, fecundidade, instrução, ocupação, produção e custo de vida, e atribuí-los aos tipos e dinâmicas regionais. Mais tarde, quando a estatística se voltar para os processos de migração interna, mobilidade e estratificação social, o censo de 1970 revelará a medida da concentração de renda, dando lugar a um grande debate sobre a pobreza como obstáculo ao desenvolvimento do país (Malta, 2010). Mais uma vez, a visualização estatística da desigualdade regional se mostraria central na construção de um problema público: o divórcio entre crescimento econômico e desenvolvimento social, a comprometer o futuro do Brasil.

Tal como se dera antes, e se daria muitas vezes depois, a região não contou apenas como uma unidade de análise ou um dado descritivo do censo. Em um nível mais profundo e performativo, serviu de referente para a concepção estatística da normalidade como recorrência, em que os valores discrepantes encontrados pelo censo são classificados de acordo com a média nacional e a consequente distribuição da curva normal, realçando a gravidade nos estados e regiões de pior desempenho. Por um lado, o trabalho estatístico e cartográfico solidificou a região como uma realidade física, inscrita na natureza e anterior à própria história. Por outro, a naturalização da região permitiu invisibilizar as convenções em que se baseia a produção dos números e as representações oficiais do país, aumentando sua opacidade e resistência à crítica, bem como seus usos nas rotinas estatais e técnicas, assim convertendo-os em pilares para a ação pública.

Instituída pela regionalização estatística e pelo regionalismo geográfico e cultural, a região torna-se o substrato fundamental de imaginação da nação, da identidade e da alteridade dentro do espaço nacional. Reproduzida em série nos livros didáticos, jornais, noticiários de TV, infográficos e mídias digitais, e convertida em signo para o mundo nos produtos da indústria cultural, frequentemente na forma de mapa-logo, a região ganha tal solidez e estabilidade que não nos é possível mais imaginar a brasilidade sem ela. Ao mesmo tempo, a percepção da pobreza, da violência e das diferentes formas de desigualdade – de renda, de raça, de gênero – terão na região a sua própria condição de possibilidade, um dos solos em que se enraíza o conhecimento e a gestão da população.

## Considerações finais

Neste artigo, nos baseamos no exame da experiência brasileira para demonstrar o potencial heurístico da abordagem cruzada de números e mapas, enfocando as relações mutuamente condicionadas entre suas transformações tecnológicas e seus modos de uso, de um lado, e o processo de construção do Estado, de outro. Do ponto de vista metodológico, enfatizamos que os mapas não são um mero suporte visual de apresentação das estatísticas, o que exige uma análise mais atenta à linguagem cartográfica. Se seus sinais e convenções reduzem os números a um complemento informativo subordinado à estrutura do mapa, como no *Atlas* de 1868 e na *Carta Geral do Império*, estamos diante de um instrumento descritivo destinado a esclarecer o poder soberano, produzido de forma indistintamente autoral ou institucional, dada a ausência de um monopólio legítimo de produção estatística e cartográfica.

Nesse quadro, censos e mapas servem de prova jurídica em disputas de limites, visualizam uma população que se supõe homogênea, ordenam um território coeso e hierarquizado segundo um princípio centralizador. A certificação estatal não configura autoridade ou superioridade do censo e do mapa em relação às estimativas indiretas e às corografias realizadas por indivíduos notáveis. Por sua vez, as rivalidades políticas e a alternância dos partidos bastam para desacreditar levantamentos e mapeamentos conhecidos e descontinuar iniciativas em curso. Em outras palavras, censos e cartas, fossem provinciais ou gerais, mesmo quando oficiais, não se constituem em referentes públicos, porque, além das razões apontadas, *não resistem à crítica*.

Se, ao contrário, os sinais e convenções permitem representar fatos de intensidade diferentes em áreas desiguais, como no mapa demográfico, uma nova sintaxe se estabelece nas relações entre imagens e números. No lugar da tradicional preocupação com as fronteiras, os aldeamentos e as colônias de imigrantes, representadas por um registro histórico e estático voltado para o domínio do território, encontramos o registro dinâmico dos fluxos da população e o monitoramento das suas variações internas. Não se trata apenas de uma nova convenção, pois a transformação tecnológica em questão reflete e, *ao mesmo tempo*, reforça a interdependência social e o movimento de coordenação política que, no Brasil, tem um ponto de inflexão nos anos 1920, atingindo seu ápice com a expansão do Estado, na Era Vargas. No lugar de uma simples adição do número ao conteúdo prévio da carta, como na tradição do Oitocentos, os dois dispositivos se combinam em uma nova lógica político-cognitiva, que multiplica seu poder performativo.

Portanto, o aparecimento da cartografia estatística em países como o Brasil não deve ser considerado somente do ponto de vista da circulação do conhecimento científico e da adesão às recomendações de fóruns internacionais, que já previam o emprego do método coropleta pelo menos desde os Congressos de Estatística, extintos em 1878. É preciso igualmente levar em conta as condições sociais que promovem o surgimento de uma biopolítica (Foucault, 2009), um novo regime de ação sobre a população, voltado para o conhecimento das assimetrias e dos obstáculos que impedem o desenvolvimento de suas forças internas. Um conhecimento orientado para a ação, que modifica o saber de natureza descritiva da tradição estatística, partindo do presente para calcular os fatores futuros do povoamento nacional, antecipando assim o campo de possibilidades que deve pautar a atividade governamental.

Sob este novo regime, tem lugar a construção de um espaço nacional internamente desigual, presente nas diferentes tentativas de regionalização do país, combinando formas estatísticas e cartográficas, até a legalização da divisão regional, já sob atuação do IBGE. Nosso exame de algumas iniciativas do Instituto, em particular a estabilização das nomenclaturas estatais, a capilarização do poder central pela via municipal, e seu papel decisivo na naturalização da região mostram que estatísticas e mapas dependem de um certo nível de poder infraestrutural para se viabilizarem como referentes públicos. Por sua vez, a invisibilização do caráter convencional da região aumenta a resistência à crítica, convertendo esses dispositivos em pilares para a ação pública. Dito de outra forma, a autoridade dos números se retroalimenta da autoridade do Estado.

Vemos que as interseções tecnopolíticas de números e mapas podem tanto ser estudadas por si mesmas, como um objeto independente, quanto fornecer um quadro de referência para a investigação das metamorfoses do Estado e de suas relações com a sociedade, nos processos de mudança histórica e social. Foi essa a nossa opção nesse artigo. Concordamos assim com Alain Desrosières, para quem a quantificação deve ser concebida como a síntese de dois momentos, *convenir* e *mesurer*. Acrescentaríamos que quantificar é também visualizar e imaginar quantidades demográficas e econômicas em uma espacialidade coerente e unitária, uma vez estabilizada por convenções de equivalência.

(Recebido para publicação em 16 de janeiro de 2023)

(Aprovado para publicação 17 de abril de 2023)

## Notas

1. Trata-se de um procedimento sistemático, característico de administradores, economistas e cientistas sociais, que recorrem a massas crescentes de agregações para compor volume de dados e subsidiar suas análises.
2. Como afirmou o geógrafo alemão Augustus Petermann, a propósito dos dispositivos que permitissem representar a difusão das epidemias na década de 1850, “a delimitação cartográfica é essencial e do maior interesse, pois os dados estatísticos, mesmo dispostos da maneira mais clara possível em tabelas, apresentam apenas uma aparência uniforme. Por outro lado, os mesmos dados, se expressos por um mapa, comunicam imediatamente as relações entre cada dado individual, ao mesmo tempo que sua posição, extensão e distância, e assim, um mapa tornará visível a olho nu, o desenvolvimento e a natureza de qualquer fenômeno, no que diz respeito à sua distribuição geográfica” (Petermann *apud* Palsky, 1996:99).
3. O *Atlas* foi usado em diversas negociações de limites, sendo peça fundamental na consolidação das fronteiras brasileiras. Seu autor, o jurista, historiador e geógrafo Candido Mendes de Almeida (1818-1881) foi um nome importante do partido conservador, sendo reeleito sucessivamente deputado entre 1843 e 1871, quando foi escolhido senador. Membro ativo do IHGB, contribuiu para a organização do direito civil e foi um dos principais defensores da separação entre o poder temporal e o religioso, um dos aspectos que levaria à crise final do Império (Grinberg, 2002:113-114).
4. Criada em 1871, a Diretoria Geral de Estatística (DGE) foi o primeiro órgão destinado a coordenar os serviços estatísticos do Império. Suas funções eram muito amplas: dirigir os trabalhos do censo, organizar os quadros anuais de nascimentos, casamentos e óbitos e formular os planos de cada ramo da estatística do Império (IBGE, 1951:1). A par de tais funções, sua maior razão de ser encontrava-se na realização do primeiro levantamento nacional da população, previsto para o ano seguinte. Sobre a DGE, ver Senra (2006, 2007).
5. Por serviços litúrgicos, nos referimos aos privilégios negativos extorquidos de grupos privilegiados para a satisfação das necessidades administrativas da comunidade política.

6. Houve apenas um anuário estatístico brasileiro produzido em toda a Primeira República. O anuário cobriu o período entre 1908 e 1912 e foi publicado em três partes: 1) *Território e população*, editado em 1916; 2) *Economia e finanças*, editado em 1917; e 3) *Estado moral e intelectual*, editado somente em 1927.
7. Um decreto presidencial de Vargas ameaçava com a perda de autonomia política o município que não realizasse o mapa de sua circunscrição territorial e não o enviasse ao IBGE juntamente com fotografias de suas características geográficas e urbanas dentro de um ano, quando estava prevista a exposição dos mapas municipais.
8. Mário Augusto Teixeira de Freitas destacou-se como delegado geral do censo de 1920 em Minas Gerais, depois como chefe do departamento de estatística daquele estado. Após a revolução de 1930 e a ascensão de Vargas, Freitas emergiu como o organizador da estatística nacional, o que lhe credenciou a chefiar os serviços de estatística do Ministério da Educação, e a conceber e dirigir o IBGE, a partir de 1936. Sobre Teixeira de Freitas, ver Senra (2008) e Camargo (2010).
9. No artigo que fundamenta as bases da divisão regional que logo viria a ser legalizada, Guimarães (1941:342-368) realiza um inventário das tentativas de divisão anteriores à sua, algumas das quais teriam sido praticadas ou implementadas por órgãos da administração pública. Como demonstra nosso exame do mapa demográfico do boletim comemorativo da exposição de 1908, muitas outras fontes de divisão regional do país concorreram desde o início do século XX, por vezes díspares ou conflitantes, tornando impossível o estabelecimento de uma representação estável por parte da burocracia estatística e dos órgãos de Estado, até o marco legal de 1942.



## Referências

- Albuquerque Júnior, Durval Muniz de. (2011), *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez.
- Almeida, Candido Mendes de. (1868), *Atlas do Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179473>. Acesso em 30/12/2022.
- Almeida, Roberto Schmidt de. (2000), *A geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998*. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Alonso, William; Paul Starr. (1987), *The politics of numbers*. New York: Russell Sage Foundation.
- Anderson, Benedict. (2008), *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. 2a. ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bann, Stephen. (1994), *As invenções da História: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Editora Unesp.
- Barbosa, Rui. (1947), “Reforma do ensino primário e várias instituições complementares de instrução pública”, in *Obras completas de Rui Barbosa*, v. 10. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde.
- Bissigo, Diego Nones. (2014), *A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”: a estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- \_\_\_\_\_. (2020), *Um Estado de visão: a cartografia na legibilidade do Brasil Império*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Botelho, Tarcísio Rodrigues. (2005), “Censos e construção nacional no Brasil Imperial”. *Tempo Social*, v. 17, n. 1, pp. 321-341. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000100014>. Acesso em 20/12/2022.
- Brasil. (1877), Ministério dos Negócios do Império. *Relatório da Diretoria Geral de Estatística, dirigido ao Ministro dos Negócios do Império Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, por Manoel Francisco Correia, Diretor Geral em 31 de dezembro de 1876*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hyppolito José Pinto.
- \_\_\_\_\_. (1898), Diretoria Geral de Estatística. *Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística.
- \_\_\_\_\_. (1909), Diretoria Geral de Estatística. *Boletim comemorativo da exposição nacional de 1908*. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/2652>. Acesso em: 10/12/2022
- \_\_\_\_\_. (1916), Diretoria Geral de Estatística. *Anuario Estatístico do Brasil. 1908-1912*. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1908\\_1912\\_v1.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1908_1912_v1.pdf). Acesso em: 20/12/2022.
- \_\_\_\_\_. (1923), Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920. Superfície territorial, área e valor dos imóveis recenseados. Categoria e nacionalidade dos proprietários. Sistema de exploração rural. Recenseamento do gado*. Rio de

- Janeiro: Tipografia da Estatística. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6452.pdf>. Acesso em 20/12/2022.
- \_\_\_\_\_. (1929), Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920. População por estados e municípios, segundo o grau de instrução, por idade, sexo e nacionalidade*. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31687.pdf>. Acesso em 20/12/2022.
- Camargo, Alexandre de Paiva Rio. (2008), “Municipalismo e ruralismo: o IBGE e a organização nacional na era Vargas”, in N. de C. Senra (org.), *O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios*. Rio de Janeiro: IBGE, pp. 37-48.
- \_\_\_\_\_. (2009), “A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980)”. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 2, n. 1, pp. 23-39. Disponível em: <https://doi.org/10.53727/rbhc.v2i1.361>. Acesso em 20/12/2022.
- \_\_\_\_\_. (2010), “Povoar o hinterland: o ensino rural como fronteira entre estatística e educação na trajetória de Teixeira de Freitas”. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 23, pp. 97-132. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php>. Acesso em 20/12/2022.
- \_\_\_\_\_. (2015), “Dimensões da nação: uma análise do discurso estatístico da Diretoria Geral de Estatística (1872-1930)”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, n. 87, pp. 79-95. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/308779-95/2015>. Acesso em 20/12/2022.
- \_\_\_\_\_. (2016), A construção da medida comum: estatística e política de população no Império e na Primeira República. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. (2018), “O censo de 1872 e a utopia estatística do Brasil Imperial”. *História Unisinos*, v. 22, n. 3, pp. 414-428. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/htu.2018.223>. Acesso em 20/12/2022.
- \_\_\_\_\_. (2021), “Para uma arqueologia da verdade estatística: reflexões a partir do projeto de reforma educacional de Rui Barbosa (1882)”. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, v. 13, n. 25, pp. 500-529. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/rbhcs.v13i25.11938>. Acesso em 20/12/2022.
- Camargo, Alexandre de Paiva Rio; Claudia Jorgelina Daniel. (2021), “Os estudos sociais da quantificação e suas implicações na sociologia”. *Sociologias*, v. 23, n. 56, pp. 42-81. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-109768>. Acesso em 15/6/2023.
- Carvalho, José Murilo de. (1990), *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. (2010), *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Correio da Manhã. (1923), “Notas econômicas”. 16 de janeiro.
- Davidovich, Fanny. (1985), *Um informe sobre a posição da geografia no IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Debluë, Claire-Lise. (2018), “De l’image numérique à la photographie: exposer les savoirs statistiques au tournant du 20e siècle”. *Transbordeur: photographie, histoire, société*, n. 2, février: pp. 54-65. Disponível em: <https://transbordeur.ch/fr/2018/image-numerique-photographie-savoirs-statistiques/>. Acesso em 20/12/2022.

- Desrosières, Alain. (2008), *Pour une sociologie historique de la quantification*. Paris: Presses de l'École des Mines.
- Dias, Maria Odila da Silva. (1986). "A interiorização da metrópole (1808-1853)", in C. G. Motta (ed.), *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, pp. 160-184.
- Foucault, Michel. (2009), *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freitas, Mario Augusto Teixeira de. (1943), "O problema do município no Brasil atual". *Revista Brasileira de Estatística*, v. 4, n. 16, pp. 699-714. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/111/rbe\\_1943\\_v4\\_n16.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/111/rbe_1943_v4_n16.pdf). Acesso em 20/12/2022.
- \_\_\_\_\_. (1947). "O reajustamento territorial do quadro político do Brasil". *Revista Brasileira de Estatística*, v. 8, n. 29, pp. 109-124. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/111/rbe\\_1947\\_v8\\_n29.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/111/rbe_1947_v8_n29.pdf). Acesso em 20/12/2022.
- Friendly, Michel; Gilles Palsky. (2007), "Thematic maps and diagrams. Visualizing nature and society", in J. Akerman; R. Karrow (eds.), *Maps: Finding our place in the world*. Chicago: University of Chicago Press, pp. 205-251.
- Grinberg, Keila. (2002), "Candido Mendes de Almeida", in R. Vainfas (org.), *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, pp. 113-114.
- Guerra, Amanda Estela; Santos, Márcia Maria Duarte dos. (2011), "O 'Atlas do Império do Brasil': uma proposta de definição dos limites do Brasil no século XIX". *Anais do IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Disponível em: <http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/28.pdf>. Acesso em 20/12/2002.
- Guimarães, Fábio de Macedo Soares. (1941), "Divisão Regional do Brasil". *Revista Brasileira de Geografia*, v. 3, n. 2, pp. 318-373. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1941\\_v3\\_n2.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1941_v3_n2.pdf). Acesso em 20/12/2002.
- Guimarães, Manoel Luís Salgado. (1988), "Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História Nacional". *Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, pp. 5-27. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>. Acesso em 20/12/2022.
- Harley, Brian. (1987), *The new nature of maps: essays on the history of cartography*. Baltimore: London, John Hopkins University.
- Hochman, Gilberto. (2012), *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 3ª. Ed. São Paulo: Hucitec.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (s/d), *Recenseamento do Brasil em 1872*. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger.
- \_\_\_\_\_. (1945), *Problemas de base do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.
- \_\_\_\_\_. (1950a), *Recenseamento geral do Brasil realizado em 1 de setembro de 1940: Censo demográfico. População e habitação*. Rio de Janeiro: IBGE.
- \_\_\_\_\_. (1950b), *Recenseamento geral do Brasil realizado em 1 de setembro de 1940: Censos econômicos. Agrícola, industrial, comercial e dos serviços*. Rio de Janeiro: IBGE.
- \_\_\_\_\_. (1951), *Legislação básica dos recenseamentos de 1872 e 1890*. Rio de Janeiro: IBGE.

- \_\_\_\_\_. (1995), *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://biotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10023037&parte=1>. Acesso em 20/12/2022.
- Jacob, Christian. (1992), *L'Empire des cartes: approche théorique de la cartographie à travers l'histoire*. Paris: Albin Michel.
- INSEE (Institut National de la Statistique et des Études Économiques). (1987), *Pour une histoire de la statistique*. Paris: Económica.
- Kertzer, David; Dominique Arel (eds.). (2002), *Census and identity: the politics of race, ethnicity and language in national censuses*. New York: Cambridge University Press.
- Klug, João. (2009), "Imigração no sul do Brasil", in K. Grinberg; R. Salles (orgs.), *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 199-231.
- Labbé, Morgane. (2010), "Les frontières de la nation allemande dans l'espace de la carte, du tableau statistique et de la narration", in C. Maurer (coord.), *Les espaces de l'Allemagne au XIXe siècle: frontières, centres et question nationale*. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg, pp. 49-72.
- Lanari, Raul Amaro de Oliveira. (2016), O projeto de reorganização nacional de Mario Augusto Teixeira de Freitas: estatísticas, território, Estado e nação. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Latour, Bruno. (2000), *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora Unesp.
- Lima, Nísia Trindade. (1999), *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Luperj/Revan.
- Lyra, Augusto Tavares de. (1979), *Instituições políticas do Império*. Brasília: Senado Federal; Universidade de Brasília. Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos, v. 16.
- Macedo, Adriana Mattos Clen. (2007), As corografias e a cultura histórica oitocentista. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Malta, Maria de Mello. (2010), "A controvérsia da distribuição de renda no pensamento econômico brasileiro: a ampliação do debate teórico sob a conjuntura dos anos 1970". *Anais do XXXVIII Encontro Nacional da ANPEC*. Salvador: ANPEC. [CD, [www.anpec.org.br](http://www.anpec.org.br)].
- Mattos, Ilmar Rohloff de. (2005), "Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política". *Almanack Braziliense*, n. 1, pp. 8-26. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-8139.v0i1p8-26>. Acesso em 20/12/2022.
- Melo, Marcus André. (1993), "Municipalismo, nation building e a modernização do Estado no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 6, n. 23, pp. 85-99. Disponível em: [https://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/23/rbcs23\\_07.pdf](https://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/23/rbcs23_07.pdf). Acesso em 20/12/2022.
- Nagle, Jorge. (1997), "A educação na Primeira República", in B. Fausto (org.), *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano, sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 283-318.
- Oliveira, Lúcia Lippi. (1990), *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense.
- Ortiz, Renato. (1985), *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense.

- Palsky, Gilles. (1991), "La cartographie statistique de la population au XIX<sup>e</sup> siècle". *Espace, populations, sociétés*, n. 3, pp. 451-458. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/espos\\_0755-7809\\_1991\\_num\\_9\\_3\\_1487](https://www.persee.fr/doc/espos_0755-7809_1991_num_9_3_1487). Acesso em 20/12/2022.
- \_\_\_\_\_. (1996), *Des chiffres et des cartes: naissance et développement de la cartographie quantitative française au XIX<sup>e</sup> siècle*. Paris: Comité des travaux historiques et scientifiques.
- \_\_\_\_\_. (1999), "The debate on the standardization of statistics maps and diagrams (1857-1901): elements for the history of graphical language". *Cybergeo: European Journal of Geography*, n. 65. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/cybergeo.148>. Acesso em 20/12/2022.
- Patriarca, Silvana. (1996), *Numbers and nationhood: writing statistics in nineteenth century Italy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Penha, Eli Alves. (1993), *A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Ribeiro, Gladys Sabina. (2008), "Nação e cidadania nos jornais cariocas da época da independência: o *Correio do Rio de Janeiro* como estudo de caso", in J. M. de Carvalho; L. M. B. Pereira das Neves (orgs.), *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp.207-238.
- Sá, Dominichi Miranda de. (2009), "Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935)". *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*, v. 16, supl. 1, pp. 183-203. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702009000500009>. Acesso em 20/12/2022.
- Santos, Júlio Cesar Paixão. (2018), *A circulação das ideias de estatística no Segundo Reinado: periodismo, discurso científico e ciências biomédicas no Rio de Janeiro (1840-1870)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.
- Santos, Luiz Antonio de Castro. (1985), "O pensamento sanitaria na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade". *DADOS*, v. 28, n. 2, pp. 93-209.
- Senra, Nelson. (2006), *História das estatísticas brasileiras: Estatísticas desejadas (1822-1889)*. Rio de Janeiro: IBGE.
- \_\_\_\_\_. (2007), *História das estatísticas brasileiras: Estatísticas legalizadas (1889-1936)*. Rio de Janeiro: IBGE.
- \_\_\_\_\_. (2008), *História das estatísticas brasileiras: Estatísticas organizadas (1936-1972)*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Silva, Joaquim Norberto de Souza e. (1986), *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados deste os tempos coloniais até hoje*. São Paulo: IPE/USP.
- Valverde, Orlando. (2006), "Fábio de Macedo Soares Guimarães: *in memoriam*", in N. de C. Senra (org.), *O pensamento de Fábio de Macedo Soares Guimarães*. Rio de Janeiro: IBGE, pp.270-275.